

# AS SERRAS E AS CAMPANHAS DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTADO, DUAS FORMAS PRODUTIVAS E VÁRIAS CULTURAS

Marcel de Almeida Freitas<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho procurou analisar como foi-se formando lentamente, ao longo da história do Brasil, o estereótipo do 'gaúcho' e como este adjetivo substituiu o termo 'rio-grandense' para designar todos aqueles que nasciam no Estado do Rio Grande do Sul. Buscou mostrar também como as diferenças geográficas e ambientais fizeram com que tipos diferentes de colonização acontecessem naquele Estado, o que levou à formação de duas regiões com características próprias no aspecto socioeconômico – a serra e a campanha. Fenômeno semelhante ocorreu em Santa Catarina, já que o interior do Estado (serra) e o litoral tiveram sistemas produtivos e econômicos distintos.

**Palavras-Chave:** imigração – relações interétnicas – identidade gaúcha

## 1- INTRODUÇÃO

Na parte setentrional do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, conviveram paralelos o latifúndio luso-hispânico e a pequena propriedade dos imigrantes europeus. Isso ocorreu porque tais formas de produção foram assentadas em espaços geográficos distintos – a primeira nos pampas e a segunda nas serras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, separadas pela diversidade da língua e pelas deficiências dos meios de comunicação. Tais inquietações surgiram a partir de três viagens feitas pelo autor por motivos acadêmicos, sendo que em uma delas ele teve a oportunidade de atravessar todo o Rio Grande do Sul (em direção à Argentina) e de perceber o visível contraste ambiental, cultural e econômico entre as regiões do Estado. Considerando as formas de vida humana histórica e socialmente engendradas, este artigo surgiu de leituras feitas pelo autor a fim de aplacar tais indagações.

A ligação entre as duas regiões do Estado inicialmente foi tênue, feita por meio de transações comerciais efetivadas por vendedores, barqueiros e caixeiros viajantes e não permeava o aspecto socio-cultural, voltado apenas aos contatos comerciais. A crença religiosa trazida pelos imigrantes alemães, holandeses e dinamarqueses – protestantes – permaneceu estanque nas comunidades teutas, assim como o cristianismo ortodoxo dos russos e tchecos (estes em número reduzido no Rio Grande do Sul), portanto, não influenciaram o catolicismo oficial luso-brasileiro. O ibérico se impôs como administrador e proprietário das estâncias, estruturando ao longo dos séculos, juntamente com o índio e o negro, as bases da nacionalidade brasileira 'oficial', enquanto o imigrante desenvolveu uma comunidade não escravocrata e de características sociopsicológicas peculiares por conta do isolamento forçado.

---

<sup>1</sup> Antropólogo (ufmg), Mestre em Psicologia Social (ufmg), Prof. do Sistema UNIP em Belo Horizonte

E, assim, foram preservadas diferenças étnicas referentes à habitação, à maneira de constituir família e à transmissão de valores, à recreação, aos modos de comemorar datas religiosas, ao folclore e aos usos e costumes em geral. A par disto, o objetivo deste artigo foi 1- destacar e analisar brevemente algumas das peculiaridades regionais dentro do Estado do Rio Grande do Sul onde há relativa 'oposição' entre a campanha e a serra, 2- detalhar alguns elementos culturais próprios dos diversos grupos étnicos formadores do povo rio-grandense e que ainda hoje sobrevivem, de alguma maneira, graças ao longo isolamento geográfico a que os vários grupos de imigrantes foram submetidos, comparando-se tais aspectos à cultura hispano-luso-indígena que se formou nas pradarias gaúchas, 3- comentar semelhante fenômeno no Estado de Santa Catarina, onde se opõem litoral e interior em função do mesmo fato – diferenças na colonização e no povoamento e, por fim, 4- pontuar alguns traços da construção/mitificação da figura do gaúcho, que passou a designar todos os que nascem naquele Estado, o que difere de sua concepção original.

## 2- Formação etnocultural da Região Sul

No século XIX e até metade do século XX, formulavam-se absurdas concepções racistas que vinham sendo construídas ao longo do tempo, dentro de uma visão européia etnocêntrica que justificava o colonialismo na América, na África e na Ásia. Entre os puristas, havia aqueles que defendiam serem os traços mentais hereditários a causa primordial dos fatos históricos. Foram criados então os mitos do 'povo indolente' e do 'trabalhador', do 'povo corajoso' e do 'covarde', do 'povo inteligente' e do 'sem capacidade mental', do 'povo honesto' e do 'corrupto' e, assim, sucessivamente. Dentre das concepções racistas, a corrente mais funesta é a que estabeleceu a raça como causa dos acontecimentos históricos. Um dos apologistas da raça foi Gobineau (*apud* Rocha, 1982) que, em 1853, fundamentou a teoria da existência de três raças: a branca, a negra e a amarela, cada uma com valores inatos. Para ele só a raça branca é criadora de cultura, sendo sua intervenção decisiva nas outras culturas, mas perde seu ímpeto e entra em decadência quando se mistura com outras raças. O futuro pertenceria aos louros arianos da Inglaterra, Bélgica e norte da França somente, não citando etnocentricamente os da Dinamarca, Alemanha, Noruega ou Suécia.

H. S. Chamberlain (*apud* ROCHA, 1982) também expôs algumas idéias que fizeram sucesso, em 1853, como a de que as culturas existentes eram obra de determinada raça humana, sendo, assim, não havia

progresso geral da humanidade, apenas progresso setorial. Segundo ele, os germânicos foram os únicos que modelaram a história. Até os italianos do Renascimento seriam originários do norte e o que os árabes criaram fora de curta duração. Considerou que os germânicos, naquela época, estavam algemados, arrastando-se como escravos dos judeus e alertava para o chamado perigo judaico. Graças à teoria do determinismo geográfico de Montesquieu e de Ratzel combinada às idéias racistas de Gobineau e de Chamberlain, os alemães construíram a geopolítica nazista, fundamentada na idéia de que a Alemanha era o coração da Europa e necessitava do espaço vital para se desenvolver. Adolf Hitler, impregnado por estas idéias, escreveu:

*"Povos em cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado. Ao povo alemão não assistem razões morais para uma política ativa de colonização enquanto não conseguir reunir os seus próprios filhos em uma pátria única. Somente quando as fronteiras do Estado tiverem abarcado todos os alemães sem que se lhes possa oferecer a segurança da alimentação, só então surgirá, da necessidade do próprio povo, o direito, justificado pela moral, da conquista de terra estrangeira"* (HITLER, 1934:11).

Esta ideologia muito influenciou os positivistas brasileiros, que tomavam o clima como desencadeador da história política, considerado estático e marcando deterministicamente a humanidade. Nesta forma simplória de conceber o Brasil, o indivíduo do litoral era abúlico, pálido e sem iniciativa porque se alimentava de peixe; o indivíduo das montanhas era um ser tristonho e traiçoeiro; o indivíduo da fronteira do Rio Grande do Sul – o gaúcho – por se alimentar basicamente de carne bovina e gozar de espaço amplo nos pampas, era extrovertido, corajoso e franco. José Bonifácio, pelos idos de 1825, preconizava a imigração estrangeira com vistas em suprir a temida escassez de trabalhadores decorrentes de campanhas internacionais contra o tráfico negreiro e, além disso, dentro da mentalidade racista do momento, também receava a africanização do País. Temia-se que o Brasil, tal como a Jamaica ou o Haiti, respectivamente colônias inglesa e francesa, se tornasse uma nação de negros 'pincelada' com sangue indígena e 'salpicada' de sangue europeu. Já naquele período, as referidas ilhas do Caribe apresentavam maciça população negra, com alguns mestiços e poucos brancos de origem hispano-franco-anglo-holandesa (Azevedo, 1982).

O racismo explícito na sociedade de então claramente aflora em Severino de Sá Brito (1938), quando escreveu que os índios legaram dois grandes

benefícios ao Rio Grande do Sul: concorreram para formar a peonada nas estâncias, diminuindo a introdução do pernicioso elemento negro, e ainda prestaram o serviço de ‘apagar’ a mancha negra, pois qualquer pele mais morena ou escura era atribuída à origem indígena. Ideologia semelhante vigora na Argentina e no Uruguai e encobre o fato histórico de que muitos escravos negros brasileiros fugiram para aquele país se miscigenando a índios, espanhóis e, posteriormente, aos imigrantes, principalmente italianos (Lima, 1882). Ademais, Maria Cristina Liboreiro (2001) mostra significativa quantidade de escravos negros importados para as zonas mineradoras da Argentina e mesmo do Chile, chegados pelo porto de Buenos Aires.

Em síntese, percebe-se que o pensamento arianista corrente no século XIX não foi ainda completamente descartado do imaginário brasileiro, principalmente quando se observa a mídia. Se os mestiços, indígenas e africanos eram excluídos do trabalho agrícola assalariado, da propriedade e das oportunidades em geral em favor da imigração européia, hoje os fenômenos Gisele Bündchen, Shirley Mallmann, Giane Albertoni, Vera Fischer, Xuxa Meneghel (todas vindas do sul e os sobrenomes denunciam a origem teuto-italiana) só para citar alguns representantes da ‘mulher brasileira’ na moda e na mídia internacional, vêm confirmar que a mentalidade de Oliveira Viana, expressa na passagem abaixo, ainda está em vigor, contudo camuflada, sutil e subliminar: “A grande massa branca que possuímos guiará para destinos superiores o povo gaúcho, elevando-o a uma alta posição no seio da comunidade brasileira” (Viana, *apud* Azevedo, 1982:53)

### 3 - UM SÓ ESTADO JURÍDICO-POLÍTICO, DOIS ESTADOS ECONÔMICO-CULTURAIS

É comum se confrontar o desenvolvimento da chamada metade Norte do Rio Grande do Sul (a serra), por ser obra de italianos e alemães, com a metade Sul (o pampa), atrasada, preguiçosa e não-produtiva, por ser formada por luso-brasileiros. Tais máximas do senso comum denunciam preconceitos e estereótipos étnicos. Em oposição, ao se buscar a história, descobre-se que a metade sul sustentou economicamente o Rio Grande do Sul até a década de 1920 com a produção de lã e a pecuária, que geraram empregos nos grandes frigoríficos, impulsionando a construção de prédios suntuosos, a vinda de companhias de ópera e de teatro, a fundação de periódicos, fazendo com que políticos locais interferissem na política estadual. Exemplo disso é que Alegrete foi a primeira cidade do interior a ter iluminação elétrica nas ruas. Políticos que marcaram o Brasil, como Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Antonio Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas e outros, saíram da zona de produção pecuarista da campanha. Destas paragens

também saiu capital para abrir estradas, construir ferrovias, pontes e escolas na zona colonial/serrana.

Porém, no final da década de 1930 e início da década de 40, cai a exportação de carne e de lã, os frigoríficos fecham suas portas desempregando milhares de pessoas, que então abandonam a região em busca de emprego. Descapitalizada e com êxodo da mão-de-obra, a metade sul não teve como se recuperar, perdendo inclusive a maioria na representação da Assembléia Legislativa, pois ali chegaram deputados oriundos das zonas coloniais serranas que, por terem maior densidade demográfica, contavam com mais eleitores, mudando o pólo político e econômico do Estado.

Quando se examina o processo histórico de ocupação do extremo-sul do Brasil, percebe-se que a população local é heterogênea pelo fato de ter sido formada por brasileiros de outras províncias, portugueses do continente europeu, dos Açores, índios, negros e imigrantes de nações européias e asiáticas. Conforme Roque Callage (2000), nos registros dos livros de batismo da Cúria Metropolitana de Laguna, há grande número de mulheres ‘filhas da terra’, isto é, índias carijós. Na região das campinas, a mestiçagem com a mulher indígena (e em escala menor com a negra) provocou um etnocídio social, ou seja, os mestiços adotaram a cultura européia, repudiando a cultura nativa, considerada inferior por eles e pelos missionários como coisa do diabo.

Logo, diferentemente do que é informado pela mídia brasileira maniqueísta (Amazônia cabocla<sup>2</sup>, Bahia afro e Sul europeu), em maior ou menor quantidade, todos os estados do Brasil receberam imigração estrangeira, podendo os aspectos colocados ainda neste artigo em relação à imigração italiana ser reportados, guardadas as devidas proporções numéricas e as especificidades<sup>3</sup> de cada grupo, às outras etnias adventícias: alemães, espanhóis, belgas, franceses, suíços, austríacos, russos, poloneses, húngaros, japoneses, etc. Outro fato que não é divulgado pelos meios de comunicação é o destacado por Hilda Flores (1983): com a vinda, da família real portuguesa não apenas a cidade do Rio de Janeiro passa a receber artistas, comerciantes e artesãos europeus, mas também São Luís, Recife, Salvador, Ilhéus e outras cidades litorâneas – sobretudo as nordestinas. Já Grazia Dore (1964) aponta que, quando aconteceu a Independência do Brasil, em 1822,

<sup>2</sup> O vocábulo tupi-guarani ‘caboclo/a’ se refere à miscigenação entre o branco e o indígena.

<sup>3</sup> Por exemplo: praticamente não houve imigração sírio-libanesa para as tarefas agrícolas no Brasil

a entrada de estrangeiros com tais profissões citadinas intensifica-se e

*“No Nordeste do Brasil (...) começa a acontecer uma imigração individual e de pequenos grupos familiares, pequenos comerciantes, sobretudo. (...) Na metade do século XIX a colônia italiana do Recife é importante e numerosa. Depois da unificação italiana a imigração se intensificou por razões políticas e econômicas. Depois de 1890, ano da proclamação da república brasileira, a imigração italiana no Nordeste aumenta e também se mostra ainda mais numérica em São Paulo e no sul em geral” (Dore, 1964:276).*

Quanto ao território atual do Rio Grande do Sul apenas um século depois da ‘descoberta’ do País começou a ser penetrado e lentamente povoado pelo elemento português. Assim, durante o século XVI, a região permaneceu habitada pelos índios e entregue a algumas missões jesuíticas castelhanas. Em 1605, missionários Jesuítas portugueses se fixaram no noroeste rio-grandense com o objetivo de converter os nativos carijós à fé católica. Então, competindo com os espanhóis das colônias paraguaias que ali já haviam soltado abundante gado bovino, os lusitanos fundaram a colônia do Sacramento na desembocadura do Rio da Prata em 1680. A extensa terra da campanha gaúcha, até aquele momento ocupada unicamente pelos indígenas das tribos: minuano, charrua, guarani, guaianá e tape, só foi sistemática e efetivamente ocupada a partir de 1726. Logo, já no primeiro quarto do século XVIII, os primeiros povoadores portugueses, lagunistas (descendentes de portugueses e, em menor escala, de indígenas, vindos do litoral de Santa Catarina) e paulistas entram em direção à colônia do Sacramento (Dreys, 1990).

Posteriormente, em 1737, na região da atual cidade do Rio Grande, se estabelecem mineiros, cariocas, fluminenses, baianos e principalmente portugueses açorianos. Visto que a ocupação da região pelos castelhanos continuava, acontece uma batalha, sendo os espanhóis finalmente expulsos em 1801. Nesta época, o Rio Grande do Sul apresentava considerável população, grande parte açoriana ou cabocla (mestiços de portugueses, índios e espanhóis) com pequena população de negros e mulatos, solicitando ser elevado

à condição de capitania. No início do século XIX, o Rio Grande do Sul já estava subdividido em duas zonas: uma habitada e a outra ainda inóspita. A primeira abrangia os campos, com extensos prados, coxilhas, e banhados. Foi neste ambiente que se proliferaram as estâncias e o elemento gaúcho. A outra parte era o norte-nordeste do Rio Grande do Sul, área de matas, floresta e serras, que ainda iria ser povoada pelos europeus, pois os indígenas habitavam a região há bastante tempo. Thales de Azevedo (1982) mostra que, levando-se em conta o tipo de povoamento, a cultura e a economia, ou seja, os aspectos sociais, o Rio Grande do Sul pode ser analisado como duas grandes áreas socioecológicas: a gaúcha (platina) e a rio-grandense (serrana).

Por ocasião da Independência do País, a província do Rio Grande do Sul apresentava cerca de 100 mil pessoas; menos de 10 mil viviam no planalto. Porto Alegre já era a capital e as outras cidades importantes eram: Rio Grande, Bagé e Pelotas (São Francisco de Paula). Nestas cidades, e na zona litorânea especialmente, houve considerável escravidão africana sendo esta rara, mas não ausente nas estâncias. Como faz questão de frisar Azevedo (1982), eram reduzidas as relações dos moradores dos campos gaúchos com os habitantes da serra; sendo que os primeiros compravam mulas e gado dos comerciantes sorocabanos, mas tinham pouco contato com os vizinhos do mesmo Estado. Em 1824, o governo imperial, desejando incrementar uma classe média rural minifundiária<sup>4</sup>, introduz colonos alemães no Rio Grande do Sul, fundando São Leopoldo no vale do Rio dos Sinos. Procurava-se desenvolver a agricultura, visto que predominava a criação e, além disso, almejava-se gerar mão-de-obra que substituísse a escravidão, tendo em vista os primeiros obstáculos ao tráfico negreiro.

Uma legislação foi criada com o intuito de incentivar o estabelecimento de imigrantes nas serras, por isto ficava proibida a utilização de escravos naquelas paragens e a condição para se tornar-se definitivamente proprietário da gleba era que o colono desmatasse o que lhe foi doado e se comprometesse a cultivá-la por, pelo menos, cinco anos. Ainda que houvesse italianos entre os que foram para aquela região, a maior parte dos imigrantes era de origem francesa, alemã, austríaca, suíça, portuguesa, belga,

<sup>4</sup> projeto que tivera início no vale do Rio Jequitinhonha em Minas Gerais e na Bahia (belgas e holandeses), em Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro (suíços), no interior do Pernambuco (irlandeses) e no Espírito Santo (alemães e italianos).

sueca e holandesa. As principais colônias foram: Conde d'Eu, Dona Isabel e Santa Maria. É a partir de 1875 que se inicia o povoamento maciço do alto da serra com italianos e eslavos (russos, poloneses e ucranianos, principalmente), mantendo a entrada de imigrantes destas procedências constante até 1914. Quanto aos indígenas, estes praticamente não se mesclaram às populações forasteiras como aconteceu nos pampas e na maior parte do Brasil, já que "(...) tomavam-se outras providências para 'expelir' os selvagens ou para aldeá-los: uma destas foi catequizá-los, outra foi estabelecer guarnições militares nos limites das colônias alemãs" (Azevedo, 1982:51).

A abrangência da escravidão, mormente a negra, pelo território brasileiro foi uma das grandes diferenças entre Brasil e Estados Unidos que repercutiram nas relações raciais em ambos os países: com exceção do Acre (naquela época pertencente à Bolívia) e de Roraima, todos os estados brasileiros tiveram servidão africana e indígena. Nos Estados Unidos, ao contrário, a escravidão foi apenas africana e se concentrou, única e exclusivamente, no sul algodoeiro. Sendo assim, quando começaram a emigrar para as grandes cidades do nordeste e norte dos Estados Unidos (Chicago, New York, Detroit), os negros eram duplamente repudiados: pela diferença étnico-racial e por serem do sul (logo, 'forasteiros' e rústicos para o norte vencedor e 'adiantado'). O diferencial então, nesta comparação entre Brasil e Estados Unidos, foi o fator 'presença', ou seja, ainda que racista em maior ou menor grau, o 'branco' brasileiro sempre viveu numa sociedade onde havia negros - mesmo que estes desempenhassem papéis subalternos e marginalizados. Já para os brancos da parte setentrional dos Estados Unidos, o elemento negro foi um fenômeno historicamente recente, posto que começou a 'chegar' nos grandes centros urbanos no final do século XIX e início do XX.

As densas matas do alto das serras rio-grandenses e catarinenses que não haviam sido povoadas pelos espanhóis nem pelos lusitanos também não interessaram aos imigrantes alemães e suíços - os primeiros a chegar. Tais regiões vieram então a integrar a área de colonização italiana, dando origem aos povoados de Garibaldi e Bento Gonçalves. Enquanto isto, a população de origem alemã crescia demograficamente em direção às outras encostas da Serra, à Santa Catarina, ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul. Neste ambiente, a madeira e a pedra eram abundantes e em razão disto foram muito utilizadas na construção de moradias, o Rio Caí oferecia rápido meio de transporte de mercadorias para a capital da província, Porto Alegre. Desta forma, excluindo o elemento negro, bem como os imigrantes de origem mongólica (orientais), a ocupação da serra rio-grandense expressou o pensamento corrente no Brasil da época, "(...) era opinião largamente seguida em todo o país que o Brasil necessitava, para seu progresso, do concurso de mão-de-obra livre, o que significava moderna, européia e acima de tudo branca" (Azevedo, 1882:52).

Não só o clima e o relevo, mas também a extensão da propriedade e o tipo de terreno determinaram a diferença na forma de produção rural rio-grandense. Nos latifúndios luso-brasileiros, praticava-se uma economia pastoril movida por mão-de-obra escrava, visto que a população branca era rarefeita e arredia aos trabalhos braçais; as ordens emanavam do senhor proprietário da terra sendo delegadas ao capataz, que as fazia cumprir. Família, parentes, agregados e escravos dependiam da decisão centralizada do Senhor. Esse tipo de família patriarcal foi muito semelhante ao tipo descrito por Gilberto Freyre (1938) no Nordeste açucareiro. A própria localização geográfica determinou, de certa maneira, o tipo de propriedade e o que iria ser produzido: O português continental e o espanhol, os primeiros a chegar, organizaram os latifúndios nas pradarias do extremo-sul. Conforme Múcio Teixeira (1920), os açorianos e madeirenses, chegados a partir de 1752, receberam 'datas' nas planícies litorâneas com área equivalente à quarta parte de uma sesmaria. Ambos os tipos de propriedades são considerados latifúndios pelos historiadores.

Os imigrantes alemães, chegados principalmente a partir de 1824, receberam lotes rurais de 77 ha de área, logo reduzidos para 48 e depois para 25 há., tamanho que foi oferecido também para os imigrantes italianos, para os poloneses e para outros grupos imigrados a partir de 1875 (César, 1964). Nestes minifúndios agrários, seja dos alemães, italianos ou poloneses, praticava-se uma economia de subsistência, sem emprego de mão-de-obra escrava (proibida por lei). O poder de mando era mais difuso, emanado de ambos os pais, que exigiam obediência efetiva dos filhos. Assim sendo, como a economia familiar diluía responsabilidades para todos, os membros da família, os relacionamentos eram mais 'horizontais' e democráticos. O minifúndio ensejou no Brasil a ativação das muitas profissões artesanais que os imigrantes praticavam na Europa. Portanto, um leque variado de profissões desenvolveu-se nas zonas coloniais: marceneiro, funileiro, oleiro, alfaiate, sapateiro, tecelão, moleiro, ferreiro, seleiro, serralheiro, torneador, vinicultor, carpinteiro, etc. Essas atividades auxiliaram a viabilidade e a funcionalidade do lote rural ao reforçarem o orçamento doméstico. Tal fenômeno aconteceu notadamente nas picadas localizadas próximas a algum centro consumidor ou nas margens de algum rio que favorecia a exportação dos excedentes agrícolas e dos produtos manufaturados

#### **4 - A imigração italiana como tipo ideal da imigração não-portuguesa para o Brasil**

Esquemáticamente, pode-se dividir a imigração italiana, que, em alguns anos superou numericamente a portuguesa, em três formas, podendo estes modelos servir de 'ilustração' para o conjunto da imigração que ocorreu no Brasil entre 1824 e 1950, independentemente do grupo étnico; em outras palavras: praticamente todos os grupos de imigrantes

se distribuíram nas três maneiras, relatadas a seguir, pelo Brasil. Obviamente que não se pretende, neste artigo, dizer que tais esquemas referentes às formas de imigração são tipos fechados e estanques, ou seja, os três modelos aconteceram simultaneamente em todas as regiões brasileiras, porém predominaram numa ou noutra região/estado.

Houve aquele tipo que aconteceu principalmente nos estados da região sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e no Espírito Santo, sendo constituído por agricultores que vinham em grupos familiares convocados por empresas particulares ou pelo governo federal e/ou estadual. Ao aqui chegarem, recebiam pequeno lote de terra no interior dos referidos Estados, geralmente um local inóspito, o que favoreceu que os dialetos, as tradições e a cultura das terras natais fossem preservados. Esses italianos eram especialmente do norte (Vêneto, Lombardia, Trentino e Piemonte) e por causa da dominação austro-húngara no norte italiano naquele período – final do século XIX – centenas vieram com o passaporte austríaco.

Outro tipo foi a imigração dirigida para São Paulo (assim como para o interior de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em escala menor). Os italianos, também provenientes das zonas rurais italianas, substituíram a mão-de-obra escrava nas plantações de café. Foi a região onde os italianos e, sobretudo, os descendentes mais se aculturaram. Os casamentos com brasileiras/os – brancos, mestiços ou negros e também com imigrantes de outras origens – fizeram com que apenas traços isolados da cultura permanecessem no cotidiano da zona rural; apesar disto, grande parte da população atual destes dois Estados (em Minas Gerais no sul e oeste) denuncia a herança européia, especialmente italiana, pelos traços físicos característicos. Outro fenômeno característico desta modalidade de imigração foi o apertuguesamento dos sobrenomes, não apenas italianos, mas também dos franceses e espanhóis. Também acontecia que, quando a mulher italiana ou filha de italianos se casava com homem brasileiro, o sobrenome de sua família não era passado para seus filhos, mas somente o do seu marido.

Uma terceira modalidade de imigração foi a dirigida para os grandes centros urbanos: Rio de Janeiro, São Paulo, Ilhéus (atraídos pelo comércio de cacau), Campina Grande, Juazeiro, Salvador, Recife, São Luís, Belém, Belo Horizonte, Itabuna. Eram italianos, principalmente do sul da península, que saíam de sua pátria por iniciativa pessoal para trabalhar na indústria e /ou artesanato, como operários das indústrias nascentes, para fundar pequeno negócio – comércio ou manufaturas – ou para trabalhar no setor de serviços: mordomos, professores,

damas de companhia, prostitutas, enfermeiros/as ou médicos. Eram, em sua maioria, homens solteiros que traziam conterrâneos aos poucos, geralmente outros homens: irmãos, primos, tios, amigos; quase todos se casavam com brasileiras ou mulheres de outras etnias. Como foi dito inicialmente, estes três tipos são esquemas analíticos, pois ainda que tenham predominado numa ou noutra parte do País, aconteceram simultaneamente nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e quantitativamente de modo mais rarefeito nas regiões Norte e Centro-Oeste. A este respeito, Grazia Dore mostra que

*“O Sul, da emigração do fim do século XIX e início do XX recebeu italianos ‘pobres’, de estratos agrícolas e interioranos, em busca de fartura e fugindo das desgraças. Estes italianos estavam principalmente em massa, em grupos familiares numerosos, e fundaram colônias inteiras que mantiveram a estrutura da região de origem, sua cultura, suas tradições bem como os dialetos. (...) os italianos chegados no Nordeste, ao invés, eram principalmente indivíduos isolados, que partiram por convite de amigos ou familiares já no lugar, apenas com sua motivação e força” (Dore, 1964:238).*

## 5 - Idiomas, dialetos e sotaques

Além de os grupos terem sido assentados em propriedades justapostas e quase sem comunicação entre si – os íbero-brasileiros na campanha e os imigrantes nas zonas montanhosas e de mata – havia a diferença lingüística entre os vários grupos étnicos entre si e destes com os luso-brasileiros, dificultando a integração ainda mais. O português e o italiano pertencem ao mesmo grupo lingüístico, o latino; todavia o idioma dos alemães (ramo germânico) e do polonês, ( grupo eslavo) apresentava grande distanciamento em relação ao português.

No entanto, apesar da dificuldade lingüística, os primeiros imigrantes alemães instalados no vale do Rio Sinos foram incitados, pelo intercâmbio econômico que estabeleceram com a capital (ávida consumidora dos produtos serranos desde a década de 1820), a adquirir

<sup>5</sup> Na verdade, usam dialetos alemães, dialetos italianos e dialetos poloneses, o que também é verificado no interior do Estado do Espírito Santo.

o idioma oficial. Porém, uma efetiva aproximação em termos lingüísticos só ocorreu a partir da II Guerra Mundial, com a interdição legal do uso de línguas estrangeiras, notadamente a alemã e a italiana, países aos quais o Brasil havia declarado guerra. O português, tendo se tornado a língua obrigatória nas escolas, foi-se espalhando no uso cotidiano e tomando sotaques peculiares em virtude do contato com os outros falares estrangeiros. Isto fica evidente quando se contrasta a fala do nativo da Ilha de São Francisco (Florianópolis e adjacências) com a dos catarinenses do interior do estado.

A II Guerra Mundial, instituindo a proibição de uso de língua estrangeira, apressou o aprendizado do português, efetivando a aculturação destes imigrantes e seus filhos (Costa, 1974). Hoje em dia ainda podem ser encontradas nas zonas interioranas germânicas e itálicas 'três gerações lingüísticas': a terceira idade, já pouco numerosa, que só fala o alemão ou italiano<sup>5</sup>; a geração intermediária bilíngüe; a geração mais nova que só fala a língua nacional. Entretanto, nas décadas mais recentes, tem havido grandes esforços regionais para incluir no currículo do ensino fundamental (I Grau), ao lado do português, o aprendizado do idioma dos ancestrais: alemão, italiano ou polonês.

## 6 - VIDA FAMILIAR E GRUPAL

A tipologia familiar também tinha relação direta com a extensão da propriedade e com o tipo de exploração da terra. O latifúndio luso-brasileiro engendrou um tipo de família claramente patriarcal, onde as decisões emanavam do chefe – provedor das necessidades materiais e morais dos moradores. Era o 'Senhor' que escolhia o cônjuge para os filhos e filhas e mantinha a total dependência da esposa que, analfabeta e sem profissão remunerada, estava inteiramente à disposição do marido. O luso-brasileiro cultivou a vida em família basicamente restrita ao espaço doméstico. Festas religiosas, algum esporádico sarau familiar, casamento ou velório eram as poucas oportunidades de cultivo da vida social. O próprio tamanho das propriedades (imensas pastagens) fez com que as estâncias se localizassem extremamente distantes umas das outras, dificultando maiores contatos entre estas populações. Bailes ou saraus familiares eram raros entre eles e precisavam do beneplácito do chefe de família. Os rapazes convidados eram candidatos a futuros genros.

O viajante Saint-Hilaire assistiu a um baile em Porto

Alegre em 1820, com a presença de 30 a 40 pessoas, familiares ou amigos entre si. Na ocasião "(...) as mulheres vestiam-se com simplicidade e decência. Dançavam valsas, contradanças e bailados espanhóis; algumas senhoras tocavam piano outras cantavam (...) acompanhadas ao violão, e o sarau terminava em jogos de salão" (Saint-Hilaire *apud* Costa, 1974:40). Já no minifúndio do estrangeiro, usufruía-se dos direitos e deveres mais igualitariamente. É voz corrente entre os descendentes de imigrantes entrevistados por Edmundo Gardolinski (1977) que a mulher alemã reunia maior poder de mando que a ibero-brasileira e, ao lado do marido, também tomava decisões da casa. A escolha do cônjuge, entre os imigrantes, era da iniciativa dos jovens. Entre os alemães, não raro, o namoro tinha início nos bailes. Entre os italianos estes bailes inicialmente foram proibidos pelos padres, razão por que eram as rezas da igreja aos domingos que propiciavam oportunidades de aproximação e namoro.

Os alemães vieram imbuídos de espírito associativo. Compensavam o trabalho individual ao longo da semana com recreações em grupo aos domingos. Entre as diversões cabe mencionar os 'bailes da sociedade', seja por ocasião do *kerb*, seja para coroação de rei e rainha escolhidos em competições esportivas. Na colônia alemã, surgiu grande leque de sociedades: de canto, leitura, música, teatro, ginástica, tiro ao alvo, lanceiros, cavalaria, damas, futebol, loto. As mais numerosas foram as de canto, sendo o cancionero alemão muito usado pelos imigrantes de origem polonesa e holandesa que tiveram cultura desnacionalizada (entrados no Brasil como alemães). Para eles a canção ajudou a quebrar rivalidades, aproximando fronteiras culturais no Novo Mundo. Segundo Hilda Flores (1996), importou-se da Bavária a *oktoberfest* que hoje envolve crescente turismo em suas comemorações nos fins de semana de outubro. Blumenau, em Santa Catarina, e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, notabilizaram-se primeiro nessas comemorações, sendo seguidas ano a ano por um número cada vez maior de outras comunidades que se engajam nas comemorações.

O italiano divertia-se nas festas religiosas e nos 'filós' familiares: encontro de várias famílias à noite para conversar, contar piadas, beber vinho; os homens praticavam jogo de carta ou jogavam mora – jogado

com três dedos da mão – enquanto as mulheres se dedicavam a trabalhos manuais (Ribeiro, 1975). A *nonna* italiana, sentada à cabeceira da mesa, emitia e emite, até hoje, ordens precisas e acatadas por todos os membros da família. Quando morre, seu lugar é prontamente ocupado pela filha mais velha. Os poloneses sempre se agruparam em torno da capela. Desde a década de 1890, surgiram sociedades como a “Wladyslau Jagiello”, em Porto Alegre, que visavam agregar e dar assistência a seus membros. A “Sociedade Polônia”, nascida em 1896, também em Porto Alegre, foi uma demanda da afluência de operários dessa origem e eslavos em geral, numerosos nos bairros São João e Navegantes. Hoje funciona com cursos de polonês, coro, danças folclóricas e recreação em geral (Wonsowski, 1976).

## 7 - CASAMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Entre os poloneses a escolha dos nubentes era livre por parte dos jovens, mas dentro do mesmo grupo étnico. Não raro o namoro começava no baile. Segundo os costumes eslavos, grande valor se dava à fertilidade da noiva, cuja missão quando se tornasse esposa era garantir prole numerosa para a família. Tal valorização da fecundidade feminina também era recorrente entre os italianos, sendo que tácita ‘competição’ existia entre as mulheres no que diz respeito ao número de filhos. O namoro e noivado tinham características peculiares nas diferentes etnias, sendo o casamento o corolário ‘natural’ para todas elas. Entre os luso-brasileiros o casamento decretava para a mulher a segregação de sua família, passando a jovem esposa a integrar a família do esposo. Este devia ser alguns anos mais velho, para que, com mais facilidade, pudesse treinar a jovem esposa nos valores que ele deveria impor ao novo lar, dentre eles a submissão e obediência ao marido-provedor.

A festa do casamento, depois de um namoro de livre escolha, era, para os alemães, uma forma de simbolizar o *status* das famílias dos nubentes: uma centena (ou duas) de convidados participava de grande banquete, que ia do almoço, passando por uma ‘merenda’ à tarde, pelo jantar e adentrava pela madrugada, quando era servido o bolo dos noivos. A festa era toda preparada no sistema de mutirão entre vizinhos, um favor oportunamente retribuído. A dança podia durar até o amanhecer, quando então todos retornavam para seus lares e trabalho (Stawinski, 1976).

Entre os italianos o casamento apresentava comida farta, onde o *sagu* importado era um referencial da posição socioeconômica dos noivos. A cerimônia se

realizava na igreja, sem a presença da mãe da noiva que, segundo pesquisa de Cléodes Ribeiro (1975), ficava como ‘guardiã da casa’ enquanto a futura sogra aguardava a nora em sua própria casa para as boas vindas. Havia muito ‘comes e bebes’, mas ausência de baile. Após alguns anos de permanência em casa dos sogros, onde dividiam tarefas e colhiam parte do lucro, o jovem casal passava a morar em uma propriedade adquirida para si.

De acordo com Alberto Stawinski (1976), junto aos poloneses o *wesele* (casamento) consagrava um noivado não muito longo. Era hábito os convidados levarem o noivo até a casa da noiva para a benção dos pais. Depois seguiam para a igreja onde o casamento se realizava pela manhã, seguido de uma grande festa de confraternização entre as famílias, parentes e amigos dos noivos. À noite havia dança, sendo ‘sorteada’ a vez dos rapazes dançar com a nubente, que então acabava dançando com todos os jovens e, ao final, recebia a soma em dinheiro dos sucessivos lances feitos pelos moços na disputa pela dança.

## 8 - Vida Religiosa

A religião foi outro aspecto sociocultural de manifestação diferenciada nos diversos povos. O português tinha como religião oficial a Católica Apostólica Romana e a ela submeteu índios e negros, sufocando, em certa medida, suas expressões ancestrais de fé. No período colonial, não era assíduo freqüentador da igreja nem atendia com fervor às ordens emanadas do padre, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, que se formou tardiamente em relação ao restante do País (já no período pombalino, marcadamente anticlerical).

Os imigrantes alemães trouxeram uma série de festas religiosas, bem como algumas profanas. Consta que a cidade de São Leopoldo foi onde, oficialmente, houve a primeira igreja protestante da América Latina (excluindo-se as ilhas caribenhas de colonização anglo-holandesa). O Natal entre eles sempre era simbolizado com presépio e pinheiros. No 31 de dezembro, em Montenegro, Três Coqueiros (Carazinho), Venâncio Aires e outras localidades, um grupo de membros da comunidade percorria os lares para as ‘felicitações de ano novo’ declamando poesias alegóricas, cantando e confraternizando-se com os moradores.

Na Páscoa, faziam o ninho com ovos recheados de amendoim doce, além da *pascoella*, um feriado escolar introduzido pelos italianos e que se espalhou por toda a Serra gaúcha e catarinense. Também a 2º feira de Pentecostes era feriado. O *kerb*, período dedicado à homenagem ao padroeiro da igreja ou à sua

inauguração, rendia três dias de festas, começando na capela e prosseguindo com almoço em casa, onde se reuniam os parentes vindos de longe. À noite, o baile na 'Sociedade' local contava com a afluência de toda a população do vilarejo e iniciava com a marselhesa, não economizando valsas e polcas.

Os italianos comemoravam, de maneira especial, o santo padroeiro da igreja local, com missa festiva pela manhã, seguida ao meio-dia por um churrasco e vários alimentos regados a vinho: após esse almoço, seguiam-se jogos de 'bocha' e de cartas para os homens e as mulheres se entretinham nos afazeres da cozinha em meio a conversas com amigas, parentes e vizinhas. Nas festas de igreja, eram feitos 'arcos triunfais', com duas folhas de coqueiro amarradas pelo vértice e bandeirolas de papel crepom dependuradas, sob os quais passava a procissão com o ostensório. No Natal, todos afluíam à Missa de Galo, com foguetes ao encerramento do ofício divino. Na ocasião, uma galinha era transformada num apetitoso prato chamado *brodo*.

A presença dos imigrantes alemães protestantes, agenciados a partir de 1824-30 sob promessas enganosas (já que inconstitucionais) de pronta cidadania brasileira e liberdade religiosa, trouxe uma nova realidade ao País, que teve de ser equacionada dentro da perspectiva de trabalhador livre que era (Flores, 1983). Assim, durante o Império, tolerou-se a prática da religião Luterana desde que os cultos não se realizassem em construções com configuração exterior de templo (com torre). Pastores registraram casamentos, batizados e óbitos que, no entanto, não tiveram validade oficial no decorrer do Império. A República, ao separar igreja e Estado, introduziu o casamento civil e eliminou este problema. Dificuldades semelhantes viveram os imigrantes russos, tchecos, eslovacos, húngaros e ucranianos, dentre outros, pertencentes à igreja Cristã Ortodoxa.

Os italianos e os poloneses professavam o catolicismo, estando em consonância com a religião oficial do Império brasileiro. Sua dificuldade maior residia na falta inicial de padres que os atendessem em suas necessidades espirituais em seu idioma. Os italianos instituíram então a figura do *prete*, o 'padre leigo' que fazia as rezas dominicais e encomendava os defuntos. A carência persistiu até a chegada, no final do século XIX, de freis capuccinos que passaram a atender o complexo migratório localizado na Serra rio-grandense. Os poloneses, desassistidos de padres, sentiram-se perdidos, pois eram por tradição católicos fervorosos. Atendidos por capuccinos italianos, que não falavam sua língua, não raro coube ao professor da comunidade dirigir as rezas dominicais. A chegada do primeiro padre polonês, Martino Modrzejewski é de 1892. A partir de então, surgiram igrejas pelas picadas e vilas, construídas em madeira ou pedra com o auxílio da comunidade (Costa, 1996).

Todavia, as diferenças dos imigrantes não eram apenas com os brasileiros, mas entre si também surgiram divergências. Em 1933, foi solicitada a criação de um seminário na vila Ipê exclusivamente para seminarista de origem italiana, pois até então todos

estudavam no seminário de São Leopoldo, dirigido por padres alemães, que consideravam os seminaristas italianos inferiores (Costa, 1996). Quando se detém ao aspecto folclórico da religião, observa-se que o lusobrasileiro era temente a Deus, mas não ao padre e, por isto, comemorava com uma religiosidade popular ostensiva as festas do Divino, de Santo Antônio casamenteiro, de São João e de São Pedro. Os alemães eram assíduos freqüentadores da igreja e mantinham cerradas diferenças com os católicos. Os italianos não se constrangiam em blasfemar a Deus e aos santos, embora também fossem assíduos freqüentadores das igrejas.

E os poloneses, com pouca 'instrução', mas com bastante clamor religioso, trouxeram consigo a devoção à Nossa Senhora da Cracóvia. João Wonsowski (1976) informa que os poloneses festejavam o Natal repartindo a hóstia benta em família, na igreja ou na Sociedade, onde se reuniam. Colocava-se a hóstia sob os pratos e se esta colasse era sinal de fartura no ano seguinte. O pinheiro natalino recebia ornamentos de confecção caseira: estrelinhas, enfeites de papel colorido, ovos pintados e corrente de papel dourado. Na Páscoa, havia a confraternização de alimentos beatificados, dentre eles o ovo, sinal de nova vida. Em Curitiba, este rico artesanato dos ovos de Páscoa enfeitados e coloridos é atração turística até os dias presentes.

## 9 - A construção de mitos étnicos

A história dos povos é rica em manipulações de toda espécie. Estas manipulações podem fazer parte da política cultural de determinada época ou do engajamento de quem as elabora. Muitas vezes os fatos sociais são manipulados deliberadamente durante seu processo, outras vezes nas gerações posteriores, onde se criam e se forjam mitos de acordo com a religião, filosofia, mídia ou com o imaginário dos intelectuais de uma sociedade qualquer. O mito não é uma mentira nem uma falsidade, é uma interpretação coletiva da realidade. Refere-se a um contexto histórico específico (Vellinho, 1964). Assim, a construção do gaúcho mítico partiu do real e se tornou plausível a partir de referenciais históricos, passando, no decorrer do tempo, a ser considerado como familiar a todos, embora seja uma criação que se processou lentamente, até se tornar anônima, originando uma tradição.

Em pouco tempo, o mito confunde-se com a realidade de um passado, sendo aceito socialmente porque a narrativa se vale de matrizes culturais conhecidas; neste caso específico, utilizou-se do trabalho braçal campeiro, da camaradagem galopeira, das turbulentas revoluções e lutas fronteiriças. Heródoto (1985), por seu turno, traçou os limites entre a literatura e a História, estabelecendo que esta se faz através da pesquisa, em busca da verdade de um fato, enquanto aquela se constrói com imaginação e criatividade em busca do belo. Todavia, alguns confundem a Literatura com a História, a criatividade poética com a ciência histórica, o mito com a realidade, ignorando que a busca desta última é o objetivo da

construção do saber histórico. Por conseguinte, o historiador deve erguer o véu diáfano da fantasia, garimpando a verdade de acordo com a documentação.

Conforme Carl Jung “o mito do herói é o mais comum e o mais conhecido em todo o mundo” (Jung, 1997:78). O herói formador, em todas as culturas ocidentais, possui elementos arquetípicos: é corajoso, hospitaleiro, honesto, sacrifica-se pelos amigos, luta contra o mal e não teme a morte. São estes os atributos do herói grego, do cavaleiro medieval, do patriarca hebreu, do formador do clã dos índios (vistos na perspectiva do Ocidente) e do gaúcho, tanto o brasileiro, quanto o argentino ou o uruguaio. A par disto pode-se entender como a ‘lenda’ do cavaleiro gaúcho, o herói formador do Rio Grande do Sul, surgiu com a literatura romântica no final do século XIX.

Assim, o ícone do gaúcho representa um conceito que não se pode mais ser encontrado concretamente, que transcende o seu significado manifesto e real. Isso porque a representação de um mito exprime experiências que as pessoas gostariam de ter vivido, ou que tivesse realmente existido, transformando-a numa fantasia coletiva inconsciente, ostensiva e estereotipada, que, neste caso específico, seriam o tamanho exagerado do laço, a coreografia da dança, os tipos de pilchas, tomar chimarrão em locais públicos (de preferência fora do Rio Grande do Sul), o penteado das mulheres, etc.

## 10 - A construção idealizada do gaúcho

O regionalismo rio-grandense surgiu na corrente do Romantismo, influenciado pelas idéias de federação dos liberais moderados e farroupilhas, que argumentavam ser o Rio Grande do Sul diferente das demais províncias brasileiras por causa de clima, do meio físico, da ‘raça’ que formava a população, da economia (pecuária ovina) e da sociedade permanentemente militarizada (em função da fronteira). Por que tal dissonância entre o indivíduo gaúcho (passado) e o mito gaúcho (presente)? Os tradicionalistas e regionalistas de hoje estariam conscientes do real contexto sociocultural do gaúcho? Para responder a tais perguntas, inicialmente tem-se de depurar o mito do gaúcho, que, por ser uma figura mítica, torna-se denominador comum ou modelo para pessoas de diferentes origens étnico-culturais que vivem naquele Estado.

Emílio Coni (1969), pesquisando documentação específica sobre esta temática, encontrou relatos sobre os gaúchos que viviam entre os índios pampeanos, roubando e matando o gado dos fazendeiros; a data mais antiga que dá conta de sua existência é 1617:

‘mozos perdidos’ que viviam na proximidade de Santa Fé, atual Argentina. Em 1642, o cabildo de Buenos Aires referia-se a estes bandidos da zona rural chamando-os de ‘pampeanos’. Durante a época de safra, de novembro a março, tais gaudérios inconseqüentes conseguiam emprego temporário nos rodeios e nas ‘domas’ nas fazendas de criação de gado, e, no restante do ano, entregavam-se a badernas e pilhérias. No século XVIII, os viajantes estrangeiros referiam-se à imagem do gaúcho histórico sem as metáforas poéticas dos literatos românticos, descrevendo uma figura, certamente também deformada pela preconceituosa visão européia, aguerrida e marginal à sociedade organizada.

Em 1771, Don Pablo Carbonell comunicou ao governador do Uruguai, Don Vértiz y Salcedo, que enviara uma partida de soldados contra os gaúchos “por ver si podían encontrar los malechores” (Belo, 1978:73). O viajante Auguste Saint-Hilaire, que esteve na província do Rio Grande do Sul em 1820, em diversos trechos, referiu-se ao gaúcho como bandido, marginal e pilhador, um indivíduo sem pátria que lutava unicamente pelo saque. Nicolau Dreys, em 1839, informou que o gaúcho já estava mudando, mas ainda se reunia em grupos de pessoas sem moral e sem lei, formando uma sociedade a-gine e misógina (sem mulheres e homoerótica). Afirmava que, para a felicidade dos pais e maridos dos povoados e das estâncias, os gaúchos não ‘gostavam’ de mulheres. Manoelito de Ornellas (1964) considerava o gaúcho essencialmente mestiço e possuidor de alma cambiante, diferente da ‘pura’ raça luso-espanhola por causa da herança indígena. A hibridez moral era considerada típica dos mestiços, sendo também herdeiro direto da cultura árabe, chegada ao Brasil colonial como íbero-moura e, para este autor, tanto o uso do cavalo como a indumentária típica denunciariam esta origem.

A primeira fase do romantismo literário rio-grandense seguiu um modelo que se caracterizou pelo personagem central denominado ‘Monarca das Coxilhas’ ou também campeiro, tendo como referência histórica a Revolução Farroupilha. O herói é o vaqueiro à maneira campeira, sendo então era o bom campeiro, já o termo gaúcho designava os elementos armados e ‘mal-encarados’, pois a palavra ainda se aplicava ao marginal da área campestre (Ornellas, 1976). As tramas tratam de personagens que sofrem pelo amor contrariado, o campo é sempre melhor que a cidade, o herói é honesto. A natureza está presente em descrições minuciosas da paisagem, os personagens falam com sotaque uma linguagem castelhana com o desiderato de salientar explicitamente o regionalismo. Isto aconteceu porque logo após a Independência do Brasil, os intelectuais se propuseram a criar uma

<sup>6</sup> Por isso ganhou valor social positivo

literatura nacional diferente da portuguesa, usando temática e linguagem regionais.

Em 1865, o imigrante Carlos von Koseritz editou “A Campanha da Província do Rio Grande do Sul”, exaltando os habitantes, principalmente a beleza das mulheres. Talvez por estar há pouco tempo na província, Koseritz confundiu o gaúcho com o campeiro. O mesmo não aconteceu em seus escritos de 1883, quando o peão e o tropeiro não são chamados de gaúchos e o habitante do Rio Grande do Sul é denominado por ele de rio-grandense. Pouco depois, o português César de Lacerda encenou e publicou, em 1867, no Recife, “O Monarca das Coxilhas”, drama em três atos sobre os costumes sul-rio-grandenses (Teixeira, 1920). O drama estabelece uma distinção entre o gaúcho – maltrapilho e ‘castellano’ – e o campeiro ‘luso’ que trabalha como peão. O termo gaúcho ainda tinha conotação de estigma.

Novo ciclo surgiu na literatura regionalista quando Luís Alves de Oliveira Belo publica o romance “Os farrapos”, em 1877, quando o ‘monarca das coxilhas’ passa a ser chamado de gaúcho, o ‘Centaurio dos Pampas’. Por esta época, o gaúcho histórico e concreto (nômade e marginal à sociedade) desaparecera pelo fato de ter sido voluntário na Guerra do Paraguai<sup>6</sup> e pela introdução de novas técnicas nas lidas campeiras, como o uso do arame dividindo propriedades e cercando as estradas que se transformaram em ‘corredores’, onde todos os que passavam eram vistos e controlados. Em breve, a linha férrea, transportando as tropas de gado, decretava o fim dos tropeiros. A mão-de-obra campeira, liberada pelas mudanças na técnica do trabalho agropecuário, fora para a periferia das cidades e engrossava as fileiras dos revolucionários e das forças legalistas na revolução de 1893-95.

João Cezimbra Jacques criou, em 1898, a primeira instituição cultural tradicionalista, o “Grêmio Gaúcho”, com o objetivo de cultuar as memórias dos heróis farroupilhas, dentre eles Bento Gonçalves da Silva, exaltando assim um passado idealizado e mítico. Nesta perspectiva, o gaúcho ‘bueno’ (rio-grandense) é o herói reordenado, civilizado pela estância e pela cidade e o ‘gaúcho malo’ é o castelhano (Becco, 1978). No período de 1889 a 1930, a agropecuária atingiu novos níveis técnicos, liberando a mão-de-obra do campo. Na zona de produção de arroz, as foices individuais foram abandonadas em troca de modernas ceifadeiras que percorriam os alagadiços. Por esse motivo, os campeiros se refugiavam na periferia dos centros urbanos à procura de trabalho nas fábricas, vivendo em cortiços sem esgoto, sem água, nem eletricidade.

Nesta virada de século, surgiu um novo tipo de

gaúcho, o herói mítico fundador de uma raça que tivera sua idade de ouro, mas que foi destruída pela urbanização e pela industrialização. Em 1910, Alcides Maya publica “Ruínas Vivas”, considerando o Rio Grande do Sul decadente: naquela época só restariam ruínas de um passado glorioso. Alcides Maya, ao cultuar o passado, cria uma imobilidade na literatura regionalista, levando os escritores mais jovens a adotarem uma linguagem morta dialetal, sendo o gaúcho representado como valente, mulherengo e indiferente à morte. Coni (1969) encontrou referências em jornais da primeira década do século passado sobre grupos carnavalescos de Porto Alegre; um deles tinha o nome “Os Fazendeiros”. Os foliões saíam fantasiados de gaúchos, com botas, esporas e bombachas. Já na década seguinte, sob a égide do movimento modernista com o nacionalismo verde-amarelo, firmou-se o mito do gaúcho como o autêntico ancestral do homem do Rio Grande do Sul. O indivíduo sul-rio-grandense ‘virou’ gaúcho, mesmo que tivesse nascido na cidade ou na serra e fosse filho de imigrantes estrangeiros.

Neste momento, o gaúcho se transmuta: é alto, forte, sadio, desembaraçado, ágil, audaz, valente, franco e generoso. Considera-se uma injustiça compará-lo ao vaqueiro do Piauí, ao sertanejo do Maranhão, ao jangadeiro do Ceará, ao jagunço da Bahia, ao tabaréu de Sergipe, ao matuto de Pernambuco, ao caipira de São Paulo, ao caiçara do litoral paranaense, ao ‘jeca’ mineiro, ao malandro carioca, ao ‘cabra macho’ paraibano, ao boiadeiro do Pantanal (Callage, 2000). Logo, o gaúcho tem sua imagem ‘editada’ e repaginada, visto que a imaginação literária seleciona o que há de positivo em determinada etnia em suas elaborações, ocultando o negativo. Nestas construções poéticas, os gaúchos se opõem ao progresso da cidade e do campo. O espaço do gaúcho histórico foi apenas o pampa – argentino, uruguaio ou rio-grandense – mas a imaginação literária extrapolou o espaço original, colocando o gaúcho em zonas onde ele nunca existiu, como na área de colonização europeia e até no litoral.

Idealmente, o herói fundador vive num mundo épico, gauderiando nos pampas, livre como o vento Minuano que corre pelas verdes coxilhas. Conforme os poemas populares colocam, este seria um mundo de fronteiras onde somente o valente sobrevive, sem patrão e sem lei. Em 1925, Vargas Neto publicou “Tropilha Crioula”, hino de exaltação ao gaúcho e à sua vivência em campo aberto (Flores, 1996). O estereótipo do gaúcho, viril, hospitaleiro e bondoso

<sup>7</sup> Ilha de São Francisco, onde se localiza Florianópolis, capital político-administrativa do Estado de Santa Catarina, todavia menos desenvolvida econômica e socialmente que cidades do interior, como Joinville, Blumenau, Jataí, Brusque, Chapecó.

passa então a ser explorado pelos escritores tradicionalistas que criam obras eruditas, em linguagem popular extinta que são divulgadas ao povo rio-grandense e ao povo brasileiro como tradição gauchesca. Contudo, diferentemente do que aconteceu nesta produção literária do Rio Grande do Sul, a tradição popular é dinâmica e se modifica no decorrer do tempo, não pára em determinado contexto social.

“Sou gaúcho sem patrão/ D’a cavalo, bem armado/ Minha lei é o coração” (César, 1964:37). Esses versos coletados pelo autor fazem parte da literatura popular e do folclore e, como tradição oral, tornaram-se legitimadores de uma ‘realidade’ do passado. A identificação com o elemento indígena foi sublinhada por Alcides Lima (1882), quando escreveu que o gosto pela liberdade era herança do índio charrua, que não tinha chefe e tudo decidia em assembléia como se o desejo de liberdade pertencesse unicamente a esses índios. Em 1937, com o Estado Novo, surgiu novo ciclo do gauchismo. A produção literária tradicionalista é tida como protótipo da tradição rio-grandense, sendo adotada inclusive em escolas e difundindo uma realidade idealizada.

Exemplos disto seriam crianças de diferentes etnias que formaram o Rio Grande do Sul serem ‘travestidas’ de gaúchos e nas áreas de colonização alemã, italiana e polonesa, onde não existiu o gaúcho histórico, erguerem-se galpões de Centro de Tradições Gaúchas (CTG), onde descendentes de imigrantes se ‘fantasiam’ de gaúcho e de prenda, renegando as tradições e o folclore de seus antepassados. Prefeituras de municípios serranos, sem a tradição da criação de gado, realizam rodeios, festivais de canções e de danças, obliterando o folclore e os costumes locais. César (1964) admite que o Rio Grande do Sul, apesar de seus aspectos brasileiros, mantém uma cultura diferenciada e específica, por ser um território onde se chocaram as ocupações portuguesa e espanhola, permanecendo sempre em armas a região fronteira. Por essa razão, o autor considera o gaúcho concreto mais como uma expressão econômica do que um tipo étnico. Por outro lado, os acontecimentos históricos contribuíram para o distanciamento entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino (argentino e uruguaio): o primeiro tornou-se sedentário com o trabalho da estância, com vida modelada pelas técnicas de batalhas.

Logo, excetuando a mitificação realizada pela literatura e pela mídia, o gauchismo histórico pode ser visto como fator cultural antagônico em decorrência da urbanização e da transformação da sociedade que trouxe ao Rio Grande do Sul rupturas morais, mudanças nas relações familiares, competição econômica, dificuldade de relacionamento e reivindicações de grupos (operários), de etnias (negros, imigrantes recém-chegados) e de gênero (mulheres, homossexuais); enfim, representaria o conservadorismo em seu aspecto mais pejorativo. Figura semelhante ao ‘Manezinho da Ilha’<sup>7</sup>, o descendente típico dos açorianos, com alguma mistura de sangue índio e negro, que é visto como ‘o atrasado’ pelos catarinenses do interior.

Em suma, o mito do gaúcho é alimentado pelas

mídias, local e nacional, em espetáculos de dança, música, canto e declamação. As churrascarias também abrem espaços para artistas tradicionalistas. A indústria de CDs coloca constantemente no mercado fonográfico músicas gauchescas. Lojas especializadas vendem roupas normativas para os bailes e espetáculos, movimentando este lucrativo segmento comercial. Onde estes artistas (cantores, músicos, declamadores) encontrariam espaço comercial para seus espetáculos se o mito do gaúcho não fosse alimentado pelos poetas, literatura e pela mídia? Enquanto estes espetáculos são difundidos estereotipadamente, o folclore afro-indígena, o teuto-brasileiro, o ítalo-brasileiro e o polaco-brasileiro vão desaparecendo.

## 11 - Considerações Finais

No período colonial, os portugueses iniciaram um processo de adaptação da cultura europeia ao novo habitat, impondo valores europeus aos nativos e aos escravos, controlando a reprodução, a manutenção e a administração da cultura, proibindo a imprensa e fiscalizando os textos publicados. O índio e o negro tiveram de se adaptar, adotando o idioma, a religião e os costumes luso-brasileiros, mas conseguiram deixar marcas no vocabulário, no nome de plantas e de animais, nas lendas e na religião. Assim sendo, como no restante do País, também não é encontrado um traço cultural único no Rio Grande do Sul, porque suas áreas culturais são complexas e heterogêneas, apresentando elementos originários de diferentes povos, uns mais presentes que outros em determinados locais.

No aspecto simbólico, foram delineadas, então, duas zonas no Rio Grande do Sul: houve semiótica e economicamente uma divisão regional do trabalho social desde os primórdios da colonização, só superada recentemente; logo, grosso modo, de um lado, está o latifúndio pastoril onde vivem brasileiros de origem luso-hispânica-indígena-africana e, de outro lado, a sociedade agrícola-industrial de pequenos e micro proprietários alemães, italianos, poloneses e outras etnias e seus descendentes diretos. Desta maneira, pela dificuldade de comunicação com o espaço exterior, conservaram-se costumes religiosos típicos, formando nichos culturais como, por exemplo, a área de colonização luso-brasileira (Campanha) ou a área ítalo-brasileira (serra). As duas etnias são católicas, mas cada uma a seu modo, sendo que os freis *capuccinos* logo notaram a gritante diferença: em 1904 foi criado um colégio em Vacaria que fracassou “pois os filhos dos brasileiros, nascidos e crescidos na liberdade dos campos, não podiam se acostumar ao internato” (Costa, 1996:28).

Um dos motivos disto foi o fato de o governo federal

não ter providenciado meios de comunicação e serviços (estradas e escolas) que garantissem a integração cultural dos diferentes grupos étnicos da região Sul. Por isso, hoje a sociedade brasileira apresenta, especialmente nesta parte setentrional, a par da unidade nacional, rico e variado painel antropológico com expressões características que constituem elemento de valorização cultural e significam fator de efetiva atração turística. Esta dicotomia também se apresenta, como foi dito ao longo do artigo, em Santa Catarina, onde há um 'contraste' cultural e produtivo entre a serra e o litoral. Adotando a definição dada por Ornellas (1976) de que a cultura é a parte do ambiente feita pelo ser humano, é lícito afirmar que a cultura varia conforme a relação do ser humano com o meio em que ele vive.

A co-existência desses blocos perdurou até fins do séc. XIX, quando uma maior freqüência de casamentos entre luso-brasileiros, alemães e italianos transpõem as fronteiras culturais. Mas, grosso modo, as particularidades culturais dos vários grupos étnicos perduram até a II Guerra Mundial, quando a proibição drástica da utilização dos idiomas, bandeiras e símbolos estrangeiros abalou as 'fronteiras' culturais e apressou o processo de intercâmbio cultural que hoje enriquece a cultura gaúcha e da região Sul de modo geral. No entanto, apesar da profusão dos atuais meios de comunicação social, ainda sobrevivem comunidades interioranas, em que a parcela mais idosa da população se comunica em sua língua de origem e preserva os valores dos ancestrais, conforme demonstram pesquisas de campo na área de Ciências Sociais principalmente (Roche, 1969).

Os meios de comunicação constituem um dos instrumentos que se encarregam de 'forjar' e alimentar as rivalidades locais, como mostra uma interpretação mais detida do discurso veiculado num informe publicitário da revista "Veja" que, em 1987, enaltecia o turismo no Estado de Santa Catarina: o interior e a serra foram retratados como regiões industriais, 'réplicas' do vale do Rio Reno em pleno clima tropical, um lugar de uma gente obreira e progressista graças à origem norte-européia: alemães, poloneses e italianos (o informe fez questão de destacar que os imigrantes eram de Vêneto e da Lombardia, regiões fronteiriças à Áustria). Já o litoral devia ser visitado pelo caráter burlesco, descontraído da população (de origem portuguesa açoriana, destacou-se) e à rusticidade. Assim, implicitamente foi dito que o litoral catarinense, em especial Florianópolis, era uma 'curiosidade' turística pelo fato de ser uma região estagnada e pitoresca, em relação ao restante do Estado – pungente e industrial.

Assim, vê-se que, no sul do Brasil, concretamente, os vários grupos étnicos desenvolveram modos e peculiaridades na maneira de expressar seus valores existenciais, na maneira de pensar e agir, de morar, de se posicionar perante Deus, de equacionar problemas vitais como o estudo dos filhos e a convivência em sociedade. Esta polaridade de manifestações deve-se ao fato de os diferentes blocos étnicos – o luso-brasileiro e o constituído pelos imigrantes – terem vivido por décadas em comunidades fechadas, praticando valores próprios, de sorte que se estruturou uma biotipologia etnocultural que se impõe em suas especificidades até os dias atuais, porém a ideologia do 'gaúcho' enquanto o genuíno nativo do Rio Grande do Sul, mascara em certo grau estas outras expressões .

## 12 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos. Os pioneiros na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2º ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982. 319p.
- BECCO, Horácio et al. *El gaucho*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978. 212p.
- BELO, Oliveira. *Os farrapos*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1985. 175p.
- BRITTO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: ERUS, s/d. 93p.
- CALLAGE, Roque. *Terra gaúcha*. Santa Maria: UFSM, 2000. 117p.
- CÉSAR, Guilhermino. "Raízes históricas do Rio Grande do Sul". In: César G.(org) *Rio Grande do Sul – terra e povo*. Porto Alegre: Globo, p.123-1421964.
- CONI, Emílio. *El gaucho – Argentina, Brasil, y Uruguay*. Buenos Aires: Solar/Hachete, p.99-138. 1969.
- COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, p.25-129. 1974.
- DORE, Grazia. *La democrazia italiana e l'emigrazione in America*. Milano: Morcelliana, p.128-299. 1964.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990. 209p.

FLORES, Hilda A. Hübner (org.). *Regionalismo sul rio-grandense*. Porto Alegre: Nova Dimensão, p.101-110. 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio: 1938. 486p.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, p.82-111. 1977.

HERÓDOTO. *História*. Brasília: UNB, p.22-55. 1985.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. Porto Alegre: Globo, p.04-87. 1934.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 412p.

LIBOREIRO, Maria Cristina de. *¿No hay negros argentinos?* Buenos Aires: Dunker, 2001. 82p.

LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, p.43-68. 1882.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos - a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. 234p.

RIBEIRO, Clêodes. "Alguns usos e costumes de uma comunidade ítalo-brasileira no Rio Grande do Sul". In: *Seminários de História - Anais*. Porto Alegre: PUC, p. 47-56. 1975.

ROCHA, Filipe. *Teorias sobre História*. Braga: Faculdade de Filosofia, p.47-71. 1982.

STAWINSKI, Alberto V. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875 - 1975*. Caxias do Sul: UCS, 1976. 192p.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurílio, p.07-50. 1920.

VELLINHO, Moisés. "Formação histórica do gaúcho rio-grandense". In: César G. (org.) *Rio Grande do Sul - terra e povo*. Porto Alegre: Globo, p.91-122. 1964.

WONSOWSKI, João L. *Nos peraus do Rio das Antas*. Caxias do Sul: UCS, p.139-164. 1976.